

---

## Representações sociais: um domínio em expansão.

Denise Jodelet\*

Sempre necessitamos saber o que temos a ver com o mundo que nos cerca. É necessário ajustar-se, conduzir-se, localizar-se física ou intelectualmente, identificar e resolver problemas que ele põe. Eis porquê construímos representações. E, da mesma forma que, ante as coisas, pessoas, eventos ou ideias, não somos equipados apenas com automatismos, igualmente não somos isolados em um vazio social: compartilhamos o mundo com outros, neles nos apoiamos — às vezes convergindo; outras, divergindo — para o compreender, o gerenciar ou o afrontar. Por isso as representações são sociais e são tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam na maneira de nomear e definir em conjunto os diferentes aspectos de nossa realidade cotidiana, na maneira de interpretá-los, estatuí-los e, se for o caso, de tomar uma posição a respeito e defendê-la.

Com as representações sociais tratamos fenômenos diretamente observáveis ou reconstruídos por um trabalho científico. Esses fenômenos tornaram-se, depois de alguns anos, um objeto central das ciências humanas. Em torno deles constitui-se um domínio de pesquisa dotado de instrumentos conceituais e metodologias próprias, interessando a muitas disciplinas, como fica claro na composição da presente obra. Este capítulo esboça um quadro desse domínio e das questões a respeito dessas realidades mentais, cuja evidência é cotidianamente sensível para nós.

A observação das representações sociais é, de fato, facilitada em muitas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais. Apenas um exemplo para ilustrar.

### **Representações sociais em ação**

Quando a AIDS apareceu, por volta de uns dez anos, a mídia e as conversações depararam-se com esse mal desconhecido e estranho cuja proximidade não estava ainda evidenciada. De início foi descrita em suas formas trágicas e fatais. Depois, soube-se quem era contaminado e se perguntou como e porquê. Antes da pesquisa científica trazer algumas clarificações sobre sua natureza, as pessoas elaboraram "teorias" apoiando-se nos dados de que dispu-

---

\* Jodelet, D.: *Représentations sociales: un domaine en expansion*. In D. Jodelet (Ed.) *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993. Uso escolar, proibida a reprodução.

---

---

nham sobre os portadores (drogados, hemofílicos, homossexuais, recebedores de transfusões de sangue) e os vetores (sangue, espermatozoides) do mal. O que se sabia da transmissão da doença e de suas vítimas favoreceu, em particular, a eclosão de duas concepções, uma de tipo moral e social e outra de tipo biológico, cada uma tendo uma incidência evidente sobre os comportamentos, nas relações íntimas ou face-a-face das pessoas alcançadas pela doença.

No primeiro tipo de interpretação, a AIDS é considerada como uma doença-punição abatendo-se sobre a licenciosidade sexual. Markova e Wilkie (1987) levantaram na imprensa expressões em que a AIDS é, como o foi a sífilis (Quetel, 1986), considerada o efeito de uma sociedade permissiva, condenação de “condutas degeneradas”, punição da “irresponsabilidade sexual”, flagelo do qual “os bons cristãos que não sonham conduzir-se mal” são poupados. As autoras observam, correlativamente, uma retomada dos valores familiares tradicionais, o que é, ao mesmo tempo, uma garantia de proteção contra a doença e uma defesa de uma ordem moral conservadora. Daí a denúncia das medidas que objetivam assegurar uma vida sexual livre, mas sadia, notadamente pelo uso de preservativos. Esta interpretação moral espontânea foi muito encorajada pelas instâncias religiosas. Pollack (1988) deu o Brasil como exemplo onde uma conferência nacional de bispos ergueu-se contra as campanhas governamentais de promoção do preservativo, qualificando a AIDS como “consequência da decadência moral”, “castigo de Deus”, “vingança da natureza”. A interdição religiosa veio, neste caso, reforçar os preconceitos de um “machismo” fortemente desenvolvido na sociedade: o qualificativo de homossexual designa apenas aquele que ocupa uma posição “feminina”, os parceiros “ativos” não se sentem atingidos pelas medidas ligadas à homossexualidade que julgam ser infamante para eles.

Essa visão moral faz da doença um estigma social que pode conduzir ao ostracismo e à rejeição. E, da parte dos que são estigmatizados ou excluídos, à submissão ou revolta. Submissão do travesti brasileiro que ouviu dizer: “Não há precaução a tomar, já que é uma doença moral para punir o pecado. Se ela deve vir, virá”. Revolta do antigo combatente do Vietname contaminado pela AIDS, que declarou a um jornalista nova-iorquino: “Eu tenho uma teoria sobre a AIDS. A doença é feita pelo homem. É uma conspiração governamental em escala mundial para exterminar o indesejável. Querem cometer um genocídio conosco”. “Teoria” política e criminal que ecoa os rumores sobre a origem do mal na experimentação de um produto utilizado na guerra biológica. Visão que expressa uma posição pessoal de vítima social marginalizada e que se apoia em um precedente histórico: o genocídio.

Outro aspecto da AIDS eletrizou, desde o início, o público. Sua transmissão pelo sangue e espermatozoides deu lugar a uma visão biológica de outro modo inquietante: a contaminação ocorreria também pelo canal de outros líquidos corporais, não apenas o do espermatozoides, em particular a saliva e o suor. Aqui são reativadas as crenças antigas das quais pude constatar o vigor da representação de doença mental (Jodelet, 1989). Essas crenças, nas quais se reencontra o traço da teoria dos humores, referem-se ao contágio pelos líquidos do corpo, sua osmose com o sangue e o espermatozoides. Isto se dá, igualmente com a doença mental, onde a degeneração afeta

---

---

os nervos, o sangue e se transmite pela saliva e suor. Igualmente, a AIDS e a sífilis podem contaminar pelo simples contato com as secreções corporais, ou por objetos nos quais são depositados. Corbin (1977) recorda algumas aberrações a que estas crenças dão lugar. No caso da sífilis, mesmo nos meios médicos mais autorizados, algumas elucubrações foram forjadas a propósito da "sífilis dos inocentes", contaminados inadvertidamente. As mesmas ameaças são suscitadas pela AIDS. Sabe-se dos terrores que as secreções inspiraram e continuam inspirar, apesar dos desmentidos apresentados pelo corpo médico. Este ressurgimento de crenças arcaicas se realiza pela falta de informação. Mas sua força tem também um valor simbólico: o perigo do contato corporal é, desde a Antiguidade, um tema recorrente no discurso racista que utiliza a referência biológica para fundamentar a exclusão da alteridade (Delacampagne, 1983). Não é, então, surpreendente ver um movimento como o "Front national" reunir sob o mesmo anátema "imigrantes" e "aidéticos", partindo para a guerra contra os riscos de contágio que estes últimos carregam, preconizando precauções obsessivas para a higiene pessoal, e, para o corpo social, medidas de proteção que vão até a criação de espaços reservados como o "sidatorium"<sup>1</sup> de sombrias conotações.

Detenhamo-nos um instante neste exemplo. Um evento surgido no horizonte social que não pode nos deixar indiferentes mobiliza o medo, a atenção e uma atividade cognitiva para o compreender, dominar e nos defender. A falta de informação e a incerteza da ciência favorecem a emergência de representações que circulam de boca em boca ou rebote de um suporte mediático a outro. Desde o cartaz afixado nas ruas dos Estados Unidos (Jeanneney, 1987): "Deus não criou Adam e Steve" (nota-se, aqui, que a imagem televisada —os filhos da novela "Dinastia", em que um deles, Steve, é homossexual— é elevada ao nível da imagem bíblica do casal — Adão e Eva — para significar a ilegitimidade da inversão), até os jornais, a televisão (investida, dentre outros, de um papel educativo), e os panfletos políticos ou outros tratados alarmistas (ver o debate aberto em torno da obra recente de Masters e Johnson).

Elaboradas com o que "se tem à mão"<sup>2</sup>, essas representações inscrevem-se nos quadros de pensamento pré-existentes, engajam uma moral social, faça-se ou não a amálgama entre o perigo físico e o moral. À liberdade do "sexo-seguro" opõe-se às "virtudes" da tradição que aí encontra um novo cavalo de batalha, sustentado pela autoridade religiosa. Valores e modelos sociais carregam a palavra AIDS de conteúdos diferentes, a doença e suas vítimas. Ressurgem as representações biológicas correspondentes aos saberes estocados na memória social, em razão de sua valência simbólica frequentemente orquestrada para fins políticos e sociais. As palavras se forjam portadoras de representação: "sidaïque" soa como "judaïque", "sidatorium" como "sanatorium" ou "crematorium", com um poder de evocação tal que induzem a dispor as doenças em uma categoria à parte e a adotar ou justificar as condutas de discriminação.

---

<sup>1</sup> *Sidatorium* - de SIDA: Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida. O sentido é bem claro: espaço para confinamento de aidéticos. (N. T.).

<sup>2</sup> No original, "moyens du bord". (N.T.).

---

---

Assim, duas representações, uma moral e outra biológica, constroem-se para acolher um elemento novo — e veremos que se trata de uma função cognitiva importante da representação social. Estas se instalam sobre valores variáveis segundo os grupos sociais dos quais retiram suas significações, bem como sobre os saberes anteriores reativados por uma situação social particular — e veremos que se trata de um processo central na elaboração representativa. São ligadas a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, bem como à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva do indivíduo.

As instâncias e ligações institucionais, as redes de comunicação mediáticas ou informais intervêm em sua elaboração, abrindo a via dos processos de influência, às vezes de manipulação social — e veremos que se trata aí de fatores determinantes na construção representativa. Essas representações formam um sistema e dão lugar a “teorias” espontâneas, versões da realidade que encarnam as imagens ou condensam as palavras, ambas carregadas de significações — e veremos que se trata de estados que o estudo científico das representações sociais apreende. Enfim, através dessas diversas significações, as representações exprimem aqueles (indivíduos ou grupos) que os forjam e dão do objeto que representam uma definição específica. Essas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem, para esse grupo, uma visão consensual da realidade. Esta visão, que pode entrar em conflito com a de outros grupos, é um guia para as ações e trocas cotidianas — e veremos que se trata das funções e da dinâmica social das representações.

### **Aproximações da noção de representação social**

Esse exemplo mostra, como tantos outros poderiam fazê-lo, que as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativos e agindo na vida social. Em sua riqueza fenomênica assinalam-se elementos diversos, os quais são às vezes estudados de maneira isolada: elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc.. Mas esses elementos são sempre organizados como uma espécie de saber que diz alguma coisa sobre o estado da realidade. E é esta totalidade significativa que, relacionada à ação, encontra-se no centro da investigação científica. Esta assume a tarefa de descrevê-la, analisá-la, explicar suas dimensões, formas, processos e funcionamento. Durkheim (1985) foi o primeiro a identificar tais objetos, como produções mentais sociais, em um estudo da “ideação coletiva”. Moscovici (1961) renovou a análise, insistindo na especificidade dos fenômenos representacionais nas sociedades contemporâneas que se caracterizam pela intensidade e fluidez das trocas e comunicações, pelo desenvolvimento da ciência e mobilidade social.

Nosso exemplo permite também aproximar de uma primeira caracterização da representação social sobre a qual há acordo na comunidade científica. *É uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para*

---

---

*a construção de uma realidade comum a um conjunto social* (p. 36). Igualmente designado como “saber do senso comum” ou ainda “saber ingênuo”, “natural”, esta forma de conhecimento distingue-se, dentre outros, do conhecimento científico. Mas ela é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto aquele, por sua importância na vida social, pelos esclarecimentos que traz acerca dos processos cognitivos e as interações sociais.

Reconhece-se, geralmente, que as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais.

Como fenômenos cognitivos, associam o pertencimento social dos indivíduos às implicações afetivas e normativas, às interiorizações das experiências, das práticas, dos modelos de conduta e de pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que aí estão ligados. Por esta razão, seu estudo constitui uma contribuição decisiva para a aproximação da vida mental individual e coletiva. Deste ponto de vista, as representações sociais são abordadas simultaneamente como o produto e o processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade. Ou seja, está-se interessado em uma modalidade de pensamento, sob seu aspecto constituinte, os processos, e constituído, os produtos ou conteúdos. Modalidade de pensamento que tem sua especificidade em seu caráter social.

De fato, representar ou se representar corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito relaciona-se com um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, uma coisa, um evento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas sempre requerer um objeto. Não há representação sem objeto. Quanto ao ato de pensar, que estabelece a relação entre o sujeito e o objeto, este tem características específicas em relação a outras atividades mentais (perceptiva, conceitual, memorial etc.). De um lado, a representação mental, como a representação pictórica, teatral ou política, dá uma visão desse objeto, toma-lhe o lugar, está em seu lugar; ela o torna presente quando aquele está distante ou ausente. A representação é, pois, a representante mental do objeto que reconstitui simbolicamente. De outro lado, como conteúdo concreto do ato de pensar, a representação carrega a marca do sujeito e de sua atividade. Este último aspecto remete ao caráter construtivo, criativo, autônomo da representação que comporta uma parte de reconstrução, de interpretação do objeto e de expressão do sujeito.

Essas características gerais da representação explicam as focalizações da pesquisa que se apoia nas representações sociais: consideração à particularidade dos objetos; dupla concentração nos conteúdos e nos processos; atenção à dimensão social suscetível de flexionar a atividade representativa e seu produto. Partindo da riqueza do fenômeno observado intuitivamente, as diferentes aproximações recortam os objetos que são recolhidos, analisados e manipula-

---

---

dos graças aos procedimentos empíricos atestados, para resultar em construções científicas justificáveis por um tratamento teórico. A riqueza da noção de representação, como a diversidade de correntes de pesquisa, fornece os ângulos de ataque e as óticas variadas no tratamento dos fenômenos representativos. Vamos tentar seguir algumas pistas principais. Mas, de início, uma constatação.

### **Vitalidade, transversalidade, complexidade**

Qualquer um que olhe o campo de pesquisa hoje cristalizado em torno da noção de representação social não deixará de observar três particularidades: a vitalidade, a transversalidade e a complexidade.

A vitalidade. Eis uma noção [a de representação social] hoje consagrada nas ciências humanas por um uso que tende a se generalizar depois de uma década, mas que foi, depois de Durkheim, pouco constante. Rapidamente caída em desuso, a noção de representação social, após ser trazida à luz na psicologia social por Moscovici, ainda conheceu um período de latência antes de mobilizar uma vasta corrente de pesquisa da qual a bibliografia que figura na abertura desta obra dá uma primeira ideia. Atestam essa retomada não apenas o número de publicações, mas a diversidade de países onde é empregada, os domínios nos quais é aplicada, as abordagens metodológicas e teóricas que inspira.

Uma tal conquista explica-se pela superação de obstáculos de tipo epistemológico que tinham impedido o desenvolvimento da noção. Moscovici (cap. 2) examina, deste ponto de vista, o período que precede sua retomada da noção de representação social. Para o período que se segue, indiquei alhures (Jodelet, 1984; 1985) como seu desenvolvimento sofreu, entre outros, um duplo cerceamento. Inicialmente na psicologia, face ao domínio do modelo behaviorista que negava qualquer validade à consideração dos fenômenos mentais e sua especificidade. Em seguida, nas ciências sociais, face ao domínio do modelo marxista cuja concepção mecanicista das relações entre infra e super-estrutura negava toda legitimidade a este domínio de estudo tendo-o como povoado por puros reflexos ou suspeito de idealismo. Mas a evolução das pesquisas e as mudanças de paradigma nas diversas ciências humanas deram à noção toda sua atualidade, abrindo perspectivas fecundas e novas pesquisas.

Na psicologia, uma virada descrita por Markus e Zajonc (1987) foi ao encontro do ponto de vista defendido desde 1961 por Moscovici. Com o declínio do behaviorismo e as “revoluções” do “new-look” nos anos 70, e do cognitivismo nos anos 80, o paradigma “estímulo-resposta” (S—R) é progressivamente enriquecido. Em um primeiro momento, o sujeito—denominado organismo— é integrado no esquema original como instância mediadora entre o estímulo e a resposta, o que se traduz no esquema S—O—R. Num segundo momento, com a consideração das estruturas mentais, as representações, estados psicológicos internos correspondentes a uma construção cognitiva ativa do meio, tributária de fatores individuais e sociais, assumem um papel criador no processo de elaboração da conduta. Isto se exprime no

---

---

esquema S—O—R, o que coincide com o que Moscovici propunha em sua crítica do esquema S—R, ao dizer que a representação determina ao mesmo tempo o estímulo e a resposta, que "não há corte entre o universo exterior e o universo interior do indivíduo (ou do grupo)" (1969, p. 9).

O conceito, que foi inovador na psicologia social, aparece como reunificador nas ciências sociais. A mudança das concepções de ideologia (tornada, com os trabalhos da escola althusseriana, instância autônoma, referência de toda prática, produzindo efeitos de conhecimento e dotada de eficácia própria) conduziu à ultrapassagem das aporias de hierarquização de níveis da estrutura social e à reabilitação da representação. Esta é concebida pelo historiador como um elemento necessário da cadeia conceitual permitindo pensar "as relações entre o material e o mental na evolução das sociedades" (Duby, 1978, p. 20). Ela vem conferir ao antropólogo a propriedade de particularizar, em cada formação social, a ordem cultural (Héritier, 1979), de ser constitutiva do real e da organização social (Augé, 1974; Godelier, 1984), de ter uma eficácia própria em seu devir. Para o sociólogo, ela dá conta de comportamentos políticos (Michelat e Simon, 1977) e religiosos (Maître, 1972) e aparece, via sua objetivação na linguagem e sua aceitabilidade pelo discurso político, como um fator de transformação social (Bourdieu, 1982; Faye, 1973). Propriedades atribuídas à representação social desde 1961 por Moscovici convergem, aliás, com a sociologia do conhecimento, elaborada no quadro do interacionismo simbólico (Berger e Luckman, 1966), a etno-metodologia (Cicourel, 1973), a fenomenologia (Schutz, 1962), que se referem à realidade social como uma construção consensual, estabelecida na interação e na comunicação.

Esta dinâmica, que ultrapassa largamente os limites do domínio psicossociológico, não é suficiente, todavia, para dar conta da atual fisionomia deste último. É necessário também se referir à fecundidade da noção, mensurável pela diversidade de perspectivas e de debates que suscita. Uma das razões pelas quais Moscovici (1969; 1984) foi levado a renovar o uso da noção foi a insuficiência dos conceitos da psicologia social, a limitação de seus objetos e paradigmas. Esta perspectiva crítica ocasionou certa fluidez conceitual que foi, também, a razão de sua fecundidade. De fato, ela autorizou empreendimentos empíricos e conceituais diversos e a articulação da concepção psicossociológica com as de outras disciplinas. Ela é também a razão da vitalidade na medida em que autoriza múltiplas interpretações que são fontes de avanços teóricos. Essa germinação tem diretamente a ver com as outras características que mencionamos: a transversalidade e a complexidade.

Situada na interface do psicológico e do social, a noção tem vocação para interessar todas as ciências humanas. É encontrada em operação na sociologia, antropologia e história, estudada em suas relações com a ideologia, com os sistemas simbólicos e com as atitudes sociais que refletem as mentalidades. Sperber (cap. 4) e Laplantine (cap. 13) ilustram a operatividade da noção e seu enriquecimento na antropologia. Ela se articula igualmente, via os processos cognitivos que implica, com o campo da psicologia cognitiva, da cognição social. Doise (caps. 10 e 16), Semin (cap. 11), Hewstone (cap. 12) examinam algumas dessas articula-

---

---

ções. Remetendo a uma forma de pensamento, seu estudo resgata também a lógica abordada em seu aspecto natural por Grize (cap. 6) ou social por Windisch (cap. 7). Isto não é tudo. Como mostram Kaës (cap. 3), Chombart de Lauwe e Feuerhahn (cap. 15), pode-se observar na produção representativa o jogo da fantasmática individual e do imaginário social, o que nos remete à psicanálise. Da mesma maneira, o papel da linguagem nos fenômenos representativos analisado por Harré (cap. 5) envolve, também, a reflexão sobre as teorias da linguagem (Fodor, 1981; Searle, 1983). Esta multiplicidade de relações com disciplinas vizinhas confere ao tratamento psicossociológico da representação um estatuto transversal que interpela e articula diversos campos de pesquisa, exigindo, não uma justaposição mas uma real coordenação de seus pontos de vista. Nesta transversalidade reside sem dúvida uma das contribuições mais promissoras desse domínio de estudos.

Portanto, a noção de representação social apresenta, como os fenômenos que ela permite abordar, uma certa complexidade na sua definição e em seu tratamento. "Sua posição mista na encruzilhada de uma série de conceitos sociológicos e de conceitos psicológicos" (Moscovici, 1976, p. 39) implica que ela seja relacionada com os processos que se erguem de uma dinâmica social e de uma dinâmica psíquica e que seja elaborado um sistema teórico, ele mesmo complexo. Deve-se considerar, de um lado, o funcionamento cognitivo e o do aparelho psíquico, de outro, o funcionamento do sistema social, dos grupos e das interações, na medida em que estes afetam a gênese, a estrutura e a evolução das representações e são afetados por sua intervenção. Este é um vasto programa que está longe de estar completo, está em vias de realização, como veremos. Mas é necessário dizer: as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre a qual elas intervêm. É nesta perspectiva que Moscovici formulou e desenvolveu sua teoria (*cf.* notadamente 1976; 1981; 1982; 1984). Uma teoria que constitui a única tentativa sistemática e global existente até hoje, como recorda Herzlich (1972).

De fato, em uma exploração da perpétua tensão entre o polo psicológico e o polo social, os diferentes trabalhos conduzidos em laboratórios e no campo são frequentemente focalizados, por uma preocupação heurística, sobre aspectos muito circunscritos dos fenômenos representativos. Não sem correr às vezes o risco de os reconduzir aos eventos intra-individuais, ou de os diluir nos processos ideológicos ou culturais, limitações e reducionismos com os quais o desenvolvimento teórico da noção só pode sofrer e que é preciso evitar, como sublinha Doise: "A pluralidade de aproximações da noção e a pluralidade de significações que veiculam fazem-na um instrumento de trabalho difícil de manipular. Mas a riqueza e a variedade dos trabalhos inspirados por esta noção fazem com que se hesite em fazê-la evoluir por um reducionismo que privilegiaria, por exemplo, uma aproximação exclusivamente psicológica ou sociológica. Isso seria precisamente retirar da noção sua função de articulação entre diferentes sistemas explicativos. Não se pode eliminar da noção de representação social as refe-

---

---

rências aos múltiplos processos individuais, interindividuais, intergrupos e ideológicos que frequentemente entram em ressonância uns com outros e cujas dinâmicas de conjunto desabrocham nas realidades vivas que são, em última instância, as representações sociais (1986, p. 19, 83). Também, é numa aproximação que respeite a complexidade dos fenômenos e da noção que deve desenvolver-se a teoria, mesmo que isso pareça uma aposta.

### **O espaço de estudo das representações sociais**

Em mais de vinte anos, constituiu-se, particularmente na psicologia social, um campo que foi objeto de revisões e comentários diversos (Codol, 1969; Farr, 1977, 1984, 1987; Har-ré, 1984; Herzlich, 1972; Jodelet, 1984; Potter e Litton, 1985) e cujas aquisições apresentam certas convergências. A multiplicidade de perspectivas desenha territórios mais ou menos autônomos pela ênfase em aspectos específicos dos fenômenos representativos. Isto resulta em um espaço de estudo multidimensional que ensaiaremos balizar com o auxílio do Quadro I (p. 11) que sintetiza as problemáticas e seus eixos de desenvolvimento.

No centro desse Quadro figura o esquema de base caracterizando a *representação* como uma *forma de saber prático ligando um sujeito a um objeto*. Todos estão de acordo com esse esquema mesmo se conferem a seus termos importância e implicações variáveis. Reencontramos aí os elementos e relações, já mencionados, que as pesquisas procuram especificar e explicar-lhes as modalidades. Recordemo-las antes de sobrevoar as pesquisas:

— A representação social é sempre uma representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito). As características do sujeito e do objeto terão uma incidência sobre o que ela é.

— A representação social está com seu objeto numa relação de "simbolização", ela toma seu lugar, e de "interpretação", ela lhe confere significações. Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma "construção" e uma "expressão" do sujeito. Esta atividade pode remeter seja aos processos cognitivos —o sujeito é então considerado de um ponto de vista epistêmico — seja aos mecanismos intra-psíquicos (projeções fantasmáticas, investimentos pulsionais, identitários, motivações etc.) —o sujeito é então considerado de um ponto de vista psicológico. Mas a particularidade do estudo das representações sociais é a de integrar na análise desses processos o pertencimento e a participação sociais e culturais do sujeito. É o que a distingue de uma perspectiva puramente cognitivista ou clínica. De outro lado, pode também se prender a uma atividade mental de um grupo ou de uma coletividade, ou considerar esta atividade como o efeito de processos ideológicos que atravessam o indivíduo. Retornaremos sobre estes pontos essenciais.

— Forma de saber, a representação apresenta-se como uma "modelização" do objeto diretamente legível em, ou inferido de, diversos suportes lingüísticos, comportamentais ou materiais. Todo estudo de representação passará por uma análise das características ligadas ao fato de que ela é uma forma de conhecimento.

---

---

— Qualificar esse saber de "prático" se refere à experiência a partir da qual ele se produz, aos quadros e condições nos quais se insere, e sobretudo ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro, o que esclarece suas funções e sua eficácia sociais. A posição ocupada pela representação no ajustamento prático do sujeito a seu meio faz com que seja qualificada, por alguns, de compromisso psico-social.

As questões apresentadas pela articulação desse conjunto de elementos e de relações podem ser condensados na seguinte fórmula: "*Quem sabe e de onde sabe? — O que e como sabe? — Sobre o que sabe e com que efeito?*". Essas perguntas abrem-se para três ordens de problemas que são apresentados à direita do Quadro I: a) condições de produção e de circulação; b) processos e estados; c) estatuto epistemológico das representações sociais. Essas problemáticas são independentes e subsumem os temas dos trabalhos teóricos e empíricos.

Se acompanhamos a história do campo de pesquisa, é para a relação da representação com a ciência e com a sociedade que devemos nos voltar. De fato, Moscovici renovou o conceito de Durkheim, não só de uma perspectiva crítica, que, aliás, partiu de uma visão construtiva: dar à psicologia social objetos e instrumentos conceituais que permitissem um conhecimento cumulativo, apreendendo as verdadeiras questões postas pela vida social. A obra *La psychanalyse, son image et son public*, seguindo os desvios de rumo de uma teoria científica, a psicanálise, à medida em que fazia sua penetração na sociedade, entendia contribuir para um psico-sociologia do conhecimento então inexistente ao lado de uma sociologia do conhecimento florescente e de uma epistemologia do senso comum apenas nascente (Heider, 1958). Este estudo do "choque" entre uma teoria e os modos de pensar próprios a diferentes grupos sociais identificou como se opera a transformação de um saber (científico) em um outro (senso comum) e vice-versa. Dois eixos de preocupação estão aí associados. O primeiro se liga à fabricação de um conhecimento "popular", à apropriação social de uma ciência por uma "sociedade pensante", composta por "sábios amadores", e ao estudo das características distintivas do pensamento natural em relação ao pensamento científico (Moscovici e Hewstone, 1983; 1984). O segundo eixo concerne à difusão de conhecimentos a que se referem Schiele e Boucher (cap. 19). Nos trabalhos que examinam a interdependência entre os processos de representação e de vulgarização (Ackermann *et al.* 1963; 1971; 1973-1974; Barbichon, 1972; Roqueplo, 1974), ecoa a ênfase posta com insistência crescente na didática das ciências e formação de adultos, no papel das representações sociais como sistema de acolhida, podendo ser obstáculo ou servir de ponto de apoio para a assimilação do saber científico e técnico (Albertini e Dussault, 1984; Astolfi, Giordan *et al.*, 1978; Audigier *et al.*, 1986).

Essas duas óticas convergem para o fato de que o conhecimento "ingênuo" não deve ser invalidado como falso ou viesado. O que contradiz certos postulados cognitivistas segundo os quais existiriam "vieses" naturais, inerentes ao funcionamento mental espontâneo, por exemplo na atribuição causal. Trata-se de um conhecimento "outro" do da ciência mas que é adaptado para, e corroborado pela, ação sobre o mundo. Sua especificidade, que considera uma formação e finalidades sociais, é um objeto de estudo epistemológico, não apenas legiti-

---



---

## Do papel da comunicação

Este postulado é forte em Moscovici que explica os fenômenos cognitivos partindo das divisões e interações sociais. Ele insistiu particularmente sobre o papel da comunicação social por muitas razões. Inicialmente, trata-se de um objeto próprio da psicologia social que contribui assim de maneira original para a abordagem dos fenômenos cognitivos. Além disso, a comunicação tem um papel fundamental nas trocas e interações que contribuem para a instituição de um universo consensual. Enfim, ele remete aos fenômenos de influência e de pertencimento sociais decisivos na elaboração dos sistemas intelectuais e de suas formas. A incidência da comunicação é examinada por Moscovici em três níveis:

1) No nível da emergência das representações onde as condições afetam os aspectos cognitivos. Entre essas condições se destacam: a dispersão e a distorção das informações concernentes ao objeto representado e que são desigualmente acessíveis segundo os grupos; a focalização em certos aspectos do objeto em função dos interesses e da implicação dos sujeitos; a pressão à inferência devida à necessidade de agir, tomar posição ou obter o reconhecimento ou adesão de outros. Da mesma maneira, os elementos que vão diferenciar o pensamento natural em suas operações, sua lógica e seu estilo.

2) No nível dos processos de formação das representações, a objetivação e a ancoragem consideram a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício, nos planos do agenciamento dos conteúdos, das significações e da utilidade que lhes são conferidas.

3) No nível das dimensões das representações que têm influência na edificação das condutas: opinião, atitude, estereótipo, sobre os quais intervêm os sistemas de comunicação mediática. Estes, segundo os efeitos pesquisados sobre a audiência, apresentam propriedades estruturais diferentes correspondentes à difusão, à propagação e à propaganda. A difusão é relacionada com a formação das opiniões, a propagação com as atitudes e a propaganda com os estereótipos.

Assim, a comunicação social, sob seus aspectos inter-individuais, institucionais e mediáticos aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais. Numerosos autores desenvolveram implicações de tal estatuto. Grize (1984 e aqui) relata os processos de esquematização das representações e as propriedades da lógica natural nas relações de influência envolvidas nas situações de interlocução, influência que visa transformar ideias em evidências objetivas. Igualmente as relações de influência fundam o papel da comunicação nos meios científicos (Knorr-Cetina, 1981) quando se trata da construção das ciências e de seus fatos: “De todas as atividades humanas a fabricação de fatos é a mais intensamente social, tal é a evidência que permitiu recentemente a sociologia das ciências alçar seu voo. O destino de um enunciado está, literalmente, nas mãos de uma multidão; cada um pode deixá-lo cair, contradi-lo, traduzi-lo, modificá-lo, transformá-lo em artefato, torná-lo irracional, introduzi-lo em outro contexto a título de premissa, ou em alguns ca-

---

---

sos, verificá-lo, certificá-lo e passá-lo tal e qual a alguém. A expressão 'é um fato' não define a essência de certos enunciados, mas certos percursos numa multidão" (Latour, 1983).

Esse percurso não se refere apenas ao fato científico. Está na base de muitas produções mentais institucionais. É particularmente visível nas comunidades urbanas ou rurais cuja unidade e identidade são asseguradas pelas trocas informais estabelecidas entre os grupos "coativos" (Maget, 1955) que os compõem. Estes partilham o mesmo tipo de atividade, constituem de maneira dialógica o sistema normativo e nocional que rege sua vida profissional e cotidiana. Esse processo esclarece os riscos encontrados pela transferência e trocas tecnológicas que Darré (1985) exemplificou à propósito da criação de animais no ambiente camponês. A comunicação serve, então, de válvula para liberar os sentimentos disfóricos suscitados por situações coletivas ansiogênicas ou mal toleradas. E também, os fenômenos de rumores que frequentemente surgem no meio urbano por ocasião das crises, dos conflitos inter-grupos (Morin, 1970). O medo, a rejeição da alteridade entre outros, suscitam trocas que dão corpo às informações ou eventos fictícios. Desse modo se criam verdadeiras "lendas urbanas" (Brunvand, 1981) cujos temas apresentam uma notável estabilidade no tempo e no espaço (Campio-Vincent, 1989). A atuação do imaginário coletivo na comunicação é ilustrada pelo discurso sobre a insegurança (Ackermann, Dulong, Jeudy, 1983). Os relatos que as vítimas de agressão (roubos, ataques etc.) fazem do que lhes ocorreu, chega, frequentemente, literal, em um mesmo cenário retomado coletivamente que permite se situar em uma mesma categoria vitimizada, forma de uma nova solidariedade social. Revelamos fenômenos similares acerca da AIDS.

Sperber insiste em seu capítulo sobre a importância de considerar a circulação das representações culturais. Sua observação ultrapassa a antropologia. As pesquisas que abordam as representações como formas de expressão cultural remetem mais ou menos diretamente a tais processos de difusão, quer se trate de códigos sociais servindo para interpretar as experiências do indivíduo na sociedade — por exemplo, o da doença (Herzlich, 1969) — seus valores e modelos que servem para definir um estatuto social — por exemplo, a mulher, a criança (Chombart de Lauwe, 1963; 1971) — quer sejam os símbolos e invariantes que servem para pensar as entidades coletivas, por exemplo, o grupo (Kaës, 1976), a loucura (Schurmans, 1985).

Esses exemplos ressaltam a importância primordial da comunicação nos fenômenos representacionais. Em primeiro lugar, aquela é o vetor da transmissão da linguagem e portadora de representações. Além disso, incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, visto que engaja os processos de interação social, influência, consenso e dissenso e polêmica. Enfim, a comunicação concorre para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes à vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que consideram, ao lado do poder de desempenho das palavras e discursos, a força pela qual as representações inauguram as versões de realidade, comuns e partilhadas.

---

### **O social: da participação à vida coletiva**

---

---

Eis aqui o que dá toda a importância à partilha social das representações. Seu caráter é geralmente remetido à sua extensividade no interior de um grupo ou sociedade, o que dá lugar a algumas críticas (Harré, 1985) formuladas, aliás, por Moscovici desde 1961. O critério corre o risco de ser puramente formal e redutor se não se está atento à dinâmica social que subentende. Pode-se dizer, de fato, que se partilha uma mesma ideia, uma mesma representação, como se partilha um mesmo destino? Não parece, pois a representação supõe um processo de adesão e de participação que a aproxima da crença. Como lembra Veyne a respeito das mentalidades, as conotações sociais do conhecimento não se devem tanto à sua distribuição entre muitos indivíduos e sim a que "o pensamento em cada deles é, de diversas maneiras, marcado pelo fato de que outros também o pensam" (1974, p. 74). Adota-se em confiança o que dizem os especialistas, que não se pode ter o conhecimento por uma espécie de "divisão de trabalho linguístico" (Putman, 1975). Mais ainda, a interiorização do outro favorece "a edificação de castelos de cartas (em que cada indivíduo é uma carta) que se esboroa em belo dia porque o apoio de todo pereceu" (Veyne, 1974, p. 80).

Certamente, há representações que chegam a nós já prontas ou que "atravessam" os indivíduos. São as que impõem uma ideologia dominante, ou as que estão ligadas a uma condição definida no interior da estrutura social. Mas, mesmo nesses casos, o compartilhar implica uma dinâmica social que considera a especificidade das representações. É o que desenvolveram as pesquisas que relacionam o caráter social da representação à inscrição social dos indivíduos. O lugar, a posição social que estes últimos ocupam, ou as funções que preenchem, determinam os conteúdos representacionais e sua organização, via a relação ideológica que mantêm com o mundo social (Plon, 1972), as normas institucionais e os modelos ideológicos que obedecem. Gilly (cap. 12) examina a articulação entre esses elementos no caso do sistema educativo. Vergès (cap. 18) analisa, numa ótica similar, os componentes e determinantes das representações econômicas. Outros trabalhos, tais como os de Kaës (1968) e Larrue (1972) sobre as representações da cultura, ilustram o fato de que compartilhar uma mesma condição social (a condição operária), que se acompanha de uma relação com o mundo, de valores, modelos de vida, constrangimentos e desejos específicos, produz efeitos sobre a maneira de conceber a cultura. O mesmo ocorre com as restrições que a ideologia difundida pelos aparelhos do Estado, tal como os da justiça (Robert e Faugeron, 1978) impõe, e que estrutura, via atitudes sociais, os campos de representação concernentes aos diferentes domínios e atores do sistema penal. Em todos esses casos, o partilhar social está referido a um jogo de determinações ligadas à estrutura e às relações sociais.

Entretanto, mesmo nesses casos de determinação onde o partilhar das representações é um dado pré-existente à comunicação, pode-se observar os fenômenos de adesão às formas de pensamento da classe, do meio ou do grupo de pertencimento, em razão da solidariedade e da afiliação sociais. Partilhar uma ideia, uma língua, também é afirmar um liame social e uma identidade. Os exemplos não faltam onde esta função é evidente, não só na esfera religiosa ou

---

---

política. O partilhar serve à afirmação simbólica de uma unidade e de um pertencimento. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e ao reforço da ligação social. Ou, como recorda Douglas (1986), nas ciências sociais se dá pouca importância “ao papel da cognição na formação do liame social” (p.19), acrescentando que se leva pouco em conta o que, todavia, se sabe muito bem: “Os grupos têm influência sobre o pensamento de seus membros e mesmo no desenvolvimento dos estilos de pensamento distintivo” (p. 21). Observando do lado das representações e das solidariedades que elas envolvem, estamos em posição de esclarecer os aspectos cognitivos que são a matéria e a trama da vida social. A extensividade das representações permite, então, tratar, no nível dos atributos intelectuais de uma coletividade, a expressão de sua particularidade. É o que mostra Moscovici acerca das representações da psicanálise para os diferentes grupos definindo seus contornos e sua identidade. Expressão identitária já sublinhada por Durkheim: “O que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se pensa nas relações com os objetos que o afetam” (1985, p. XVII)

### **Funções sociais e relação com o real**

Concebe-se, portanto, que a representação preenche algumas funções de manutenção da identidade social e de equilíbrio sócio-cognitivo, os quais se encontram ligados. Isto se relaciona às defesas mobilizadas pela irrupção da novidade. Quando a psicanálise apareceu, foi sentida como uma ameaça porque infringia os valores e modelos de pensamento em vigor nos diferentes grupos religiosos e políticos. Igualmente viu-se famílias políticas considerarem como perigoso o fato de se informar ou falar sobre a teoria marxista, com se isto arriscasse subverter seus quadros mentais. Quando, entretanto, a novidade é incontornável, em lugar do evitar, fez-se um trabalho de ancoragem visando familiarizá-la, transformá-la para a integrar no universo do pensamento pré-existente, trabalho que corresponde a uma função cognitiva essencial da representação e pode, assim, incluir todo elemento estranho ou desconhecido no ambiente social e ideacional. Mugny e Carugati (1985) fazem uma análise sutil desta dialética acerca das representações da inteligência. A disparidade de inteligência aparece quando não se dispõe de informação sobre suas causas sociais (herança cultural, papel diferenciador da escola), como uma estranheza que focaliza a atenção e conduz à busca de uma explicação na ideologia do dom, mascarando e naturalizando as desigualdades sociais. Essa ideologia satisfaz a um princípio de economia cognitiva e é, por isso, mais facilmente evocada do que a identidade social posta em causa pelas diferenças de inteligência, como é o caso dos pais e dos professores. Assim, acrescenta-se à função cognitiva uma função de proteção e legitimação.

Estes processos são igualmente observáveis em escala coletiva. Já mostrei (1985) que numa comunidade rural onde vivem em liberdade os doentes mentais, a população construiu um sistema de representação da loucura que lhe permite não apenas administrar sua interação cotidiana com estes últimos, mas também se defende da presença que julga perigosa para sua imagem e sua integridade. Temendo ser assimilada aos doentes e não podendo aceitar que se-

---

---

jam integrados como parte do tecido social, desenvolve-se uma representação da loucura postulando uma insuficiência no controle cerebral, no funcionamento orgânico e mental, criando um obstáculo que impede a retomada de uma atividade e de um lugar social normais. Isto permite manter os doentes num estatuto alienado e restritivo, opondo-se a toda reivindicação de se inserir, em pé de igualdade, na localidade. Eis porque a representação parece-se com a ideologia.

Essas funções agregam-se àquelas de orientação das condutas e comunicações, de justificação antecipada, ou retrospectiva das interações sociais ou relações inter-grupais (Doise, 1973). Com isto tocamos em outra especificação do caráter social das representações, com duas consequências principais. Uma concerne ao estudo das representações: o social não é unidimensional nas representações, fica-se obrigado a referi-lo, segundo o caso, ao compartilhar e/ou às determinações, e/ou às funções sociais da representação. A segunda consequência remete ao estatuto epistemológico da representação. Do que verificamos, sobressai seu caráter prático, quer dizer, orientado para a ação e a gestão da relação com o mundo. Ela permanece, como diz Piaget (1976), um modo de conhecimento “sócio-cêntrico”, a serviço das necessidades, desejos, interesses do grupo. Esta finalidade, e o fato de que a representação é uma construção do objeto, expressiva do sujeito, conduz a um hiato (*décalage*) de seu referente. Este hiato deve-se tanto à intervenção especificadora dos valores e códigos coletivos, como às implicações pessoais e aos envoltimentos sociais dos indivíduos. Ela produz três tipos de efeito no nível dos conteúdos representativos: as distorções, as suplementações e os desfalques (p. 36-37).

No caso das distorções, todos os atributos do objeto representado estão presentes, porém se encontram acentuados ou minimizados de maneira específica. Assim, são produzidas transformações na avaliação das qualidades de um objeto, de um ato, para reduzir uma dissonância cognitiva (Festinger, 1957). Outro exemplo, tomado de Chombart de Lauwe (1984): a representação de categorias sociais dominadas (as crianças ou as mulheres) que se elabora com referência a uma categoria dominante (os adultos ou os homens). Os dominados têm traços semelhantes aos dos dominantes que são, entretanto, demarcados de duas maneiras. Seja por um mecanismo de “redução”: a presença das mesmas características, mas sob forma atenuada, com menor qualidade; na imagem que a mídia faz das crianças, as meninas comportam-se como rapazes, mas sua autonomia frente à sociedade imediata é mais fraca. Seja por um mecanismo “de inversão”: o dominado apresenta as características inversas às do dominante; a imagem da criança “autêntica” é, dessa maneira, o reflexo invertido do adulto da sociedade.

A suplementação, que consiste em conferir ao objeto representado atributos, conotações que não lhe pertencem, procede de uma agregação de significação devida a bloqueios do sujeito e ao seu imaginário. Analisando o “preconceito em ação”, Doise (1980) relata resultados experimentais que evidenciaram uma tendência de projetar sobre o outro traços que se possui, sobretudo se se acredita que esses traços são avaliados desfavoravelmente: a projeção

---

sobre o outro serve para restaurar a auto-estima, uma representação do outro conformada ao sujeito valoriza sua própria imagem, construída em relação a grupos de referência. No estudo sobre o ambiente, Lugassay (1970) ilustra esse acréscimo conotativo das representações de “natureza” e “floresta”. A primeira está carregada de significações opostas às da cidade, espaço de restrições sociais; a segunda é de imagens infantis, remetendo ao corpo e à sexualidade.

Finalmente, o desfalque corresponde à supressão de atributos pertencentes ao objeto. Resulta, na maioria dos casos, do efeito repressivo das normas sociais. Uma ilustração tornada clássica é encontrada no esquema figurativo da teoria psicanalítica resgatado por Moscovici (1976). A representação comporta os conceitos centrais: consciente, inconsciente, recalque, complexo, mas exclui um conceito, muito central, a libido, em razão de sua associação com a sexualidade sobre a qual pesa, no momento do estudo, um veto social. Igualmente, a sexualidade dos deficientes mentais é representada de maneira radicalmente diferente entre seus educadores e seus pais, em razão do papel destes últimos, de sua recusa comum de identificar-se com eles. Os primeiros atribuem às crianças uma sexualidade “selvagem”, brutal e sem afetividade, enquanto que os segundos têm de seus filhos uma visão dessexualizada mas transbordante de afetividade (Giami *et al.*, 1983).

### **Estados e processos representacionais**

A relação a um referente objetivo esclarece a parte central de nosso Quadro: os estados e processos que caracterizam a representação como forma de saber. Assim, finalizamos nosso percurso com o que está no cerne de todas as pesquisas — o fenômeno cognitivo — depois de ter situado o que define o aspecto social e funcional, as condições que regem sua gênese, seu funcionamento e sua eficácia.

O estudo do fenômeno cognitivo se faz a partir dos conteúdos representativos, tratados nos diferentes suportes: linguagem, discurso, documentos, práticas, dispositivos materiais, sem prejudicar a existência de correspondência entre os eventos intra-individuais, ou das hipóteses<sup>3</sup> coletivas (espírito, conhecimento do grupo). Trabalhar sobre os conteúdos objetivados permite não sobrecarregar a pesquisa com debates que a empiria não pode decidir. O que conduz a uma primeira diferença em relação à psicologia cognitiva na maneira de abordar a representação como saber. A psicologia cognitiva refere-se a objetos e processos hipotéticos ou apreendidos indiretamente através da realização de tarefas intelectuais, provas de memorização, por exemplo. A abordagem social das representações os trata de uma maneira concreta, diretamente observável, mesmo quando a organização latente de seus elementos é objeto de uma reconstrução pelo pesquisador.

Nessa maneira de apreender o conteúdo das representações, resgatam-se duas orientações que não são exclusivas. O conteúdo é tratado, seja como campo estruturado, seja como

---

<sup>3</sup> Hypostásis - do grego - *o que está sob*, daí *substância*; *ser real*, geralmente em oposição a *aparência*. (N. T.)

---

núcleo estruturante. No primeiro caso, resgatam-se os constituintes das representações (informações, imagens, crenças, valores, opiniões, elementos culturais, ideológicos etc.). Esta análise dimensional é completada pela pesquisa do princípio de coerência que estrutura os campos de representação: organizadores sócio-culturais, atitudes, modelos normativos ou ainda esquemas cognitivos. Esses campos geralmente são recolhidos por métodos de investigação como questionários, entrevistas, ou tratamento do material verbal consignado nos documentos atestados (ver, na bibliografia, os textos que se referem às imagens de objetos socialmente valorizados tais como o corpo, a cultura, a criança, a mulher, o grupo, a doença, a psicologia, a saúde, o trabalho etc.). Esses campos são igualmente abordados enquanto campos semânticos, conjuntos de significações isoladas com auxílio de diferentes métodos de associação de palavras (Di Giacomo, 1981, 1985; Le Bouedec, 1984; Galli e Nigro, 1986). Neste último caso, as pesquisas aproximam-se da segunda orientação, que se atém à tarefa de resgatar as estruturas elementares em torno das quais se cristalizam os sistemas de representação. Abric (cap. 8) e Flament (cap. 9) desenvolveram um modelo teórico, que distingue elementos centrais e periféricos, do qual tiram importantes implicações do ponto de vista da estabilidade e da mudança das representações, bem como de sua relação com a prática.

Essas propriedades estruturais são examinadas a partir de representações já constituídas. Mas para dar conta da emergência das estruturas, é preciso referir-se aos processos que presidem a gênese das representações. Esta pode ser encarada considerando as aprendizagens sociais que intervêm no curso do desenvolvimento da criança (Doise e Lloyd, 1986, 1988; Emler e Dickenson, 1985; Emler, Ohana, Moscovici, 1987; ver, igualmente, os capítulos de Chombart de Lauwe e Doise). Todavia, independentemente dos aspectos de desenvolvimento, os processos de formação das representações dão conta de sua estruturação. Isto vale, particularmente, para a objetivação, processo evidenciado por Moscovici, ilustrado e enriquecido por diversos autores. Este processo decompõe-se em três fases: “construção seletiva — esquematização estruturante — naturalização”, onde as duas primeiras, sobretudo, manifestam, como tivemos ocasião de ver, o efeito da comunicação e das restrições, ligados ao pertencimento social dos sujeitos, na escolha e agenciamento dos elementos constitutivos da representação.

Conteúdos e estrutura são flexionados por outro processo: a ancoragem que intervêm de duas maneiras na formação das representações, assegurando sua incorporação no social. De um lado, a ancoragem enraíza a representação e seu objeto em uma rede de significações que permite situá-las face aos valores sociais e dar-lhes coerência. Mas, neste nível, a ancoragem tem um papel decisivo essencialmente naquilo que realiza sua inserção no sistema de acolhimento nocional, um já pensado. Por um trabalho da memória, o pensamento constituinte apoia-se no pensamento constituído para incluir a novidade nos quadros antigos, no já conhecido.

De outro lado, a ancoragem serve à instrumentalização do saber, conferindo-lhe um valor funcional para interpretação e gestão do ambiente, e então se situa em continuidade com a objetivação. A “naturalização” das noções lhes dá valor de realidades concretas diretamente

---

---

legíveis e utilizáveis na ação sobre o mundo e os outros. Além disso, a estrutura imaginante da representação torna-se guia de leitura e, por "generalização funcional", teoria de referência para compreender a realidade.

Esses processos geradores e funcionais, socialmente marcados, nos permitem a abordagem das representações em diferentes níveis de complexidade. Desde a palavra até a teoria que serve de versão do real; desde os conceitos, categorias, até as operações de pensamento que os ligam e à lógica natural característica de um pensamento orientado para a comunicação e a ação. Eles permitem, igualmente, considerar o caráter simultâneo de concreto e abstrato das representações e de seus elementos, os quais têm um estatuto misto de percepto e conceito. Estatuto igualmente ligado ao fato de que o pensamento social remete aos eventos concretos da prática social e deve, para ser comunicado, permanecer vivo na sociedade, ser um pensamento em imagem, como sublinha Halbwachs acerca da memória social: "Não há ideia sem imagens: mais precisamente, a imagem e a ideia não designam dois elementos, um social, outro individual, de nossos estados de consciência, mas dois pontos de vista de onde a sociedade pode encarar ao mesmo tempo os mesmos objetos, cujo lugar ela assinala no conjunto de suas noções, ou na sua vida e sua história" (1925, p. 281). Moscovici (1981) demonstrou a importância dessas "ideias-imagens" na mobilização psicológica da loucura. Com a ancoragem das representações na vida coletiva, reencontramos a questão de sua eficácia. Há, aí, um caráter distintivo do pensamento social que chama particularmente a atenção das ciências sociais: o papel das representações no devir social anuncia-se como um objeto de estudo estimulante para o futuro.

## **Conclusão**

Fecha-se, assim, um percurso necessariamente incompleto e frequentemente alusivo, que nos faz avaliar, espero, a especificidade da abordagem das representações sociais e sua originalidade. Esta recuperação torna visível a maneira pela qual a psicologia cognitiva e as ciências sociais tratam a representação, bem como as divergências entre ambas.

Reencontram-se objetos comuns com o estudo cognitivo do saber: estudo do conteúdo do pensamento, o saber declarativo e de procedimentos (saber o quê e saber como); análise desse saber em termos de "estrutura" e de "memória". Mas remete às condições sociais de produção, de circulação e à finalidade das representações, suas características estruturais e processuais, criando uma diferença radical. Conhecimento derivado tanto quanto inferido, a representação social não pode ser pensada segundo o modelo dominante de tratamento da informação. Seu estudo permite contornar as dificuldades que aquele apresenta, a saber, o risco de reduzir o funcionamento mental ao do computador, como menciona Anderson (1983) para o qual os "sistemas de produção", essas organizações do conteúdo onde são detectados os mecanismos e processos cognitivos, apresentam a ambiguidade de ser em parte linguagens de programação por computador e em parte teorias psicológicas. Risco lembrado por Ehrlich

---

---

para quem a informática, embora respondendo à preocupação "de objetivar um funcionamento subjetivo", permanece, entretanto criticável pela "subordinação dos modelos de funcionamento do sujeito aos princípios de funcionamento do computador e à problemática dos tratamentos de textos pelas máquinas" (1985, p. 286). Mais ainda, o fato de se interessar pela função da representação, por sua relação com um referente e com a comunicação permite esclarecer o que ainda permanece em uma zona obscura na abordagem cognitiva da representação: a de seu funcionamento e de suas funções (Ehrlich, id.); a da formação e da transformação dos esquemas cognitivos, de sua relação com a linguagem (Arnault de La Manardiére e de Montmollin, 1985).

Pensar a cognição como algo social abre de fato caminhos para novas pesquisas. O mesmo pode ser dito com relação às ciências sociais, que não integraram, em sua abordagem do pensamento social, a dimensão propriamente cognitiva e ainda não avaliaram pensar o social do cognitivo. O que se impõe como uma necessidade para alguns, tal como Douglas, que se dá por tarefa a de identificar como "as instituições pensam" e como "o processo cognitivo individual o mais elementar depende das instituições sociais" (1986, p. 45). Pelo que nos juntamos a Piaget (1967) que vê a psicologia e a sociologia como "duas disciplinas que tratam do mesmo objeto": "o conjunto das condutas humanas que cada uma comporta, desde o nascimento e em diversos graus, um aspecto mental e um aspecto social" (p. 19), afirmando que "o homem é um e que todas as suas funções mentalizadas são igualmente socializadas" (p. 20).

É em tal perspectiva que se abrem as pesquisas sobre as representações sociais, em que cada uma contribui com uma pedra para a edificação de uma ciência psicológica e social do conhecimento. Alguns pensam que seria desejável estabelecer um modelo unitário, uma "concepção multi-compatível" (Le Ny, 1985) da representação, em razão, notadamente, das exigências da transdisciplinaridade e da existência de uma "solidariedade entre os conhecimentos e representações elementares de um indivíduo e os sistemas teóricos autônomos" (Morf, 1984, p. 425). Não haveria aí os riscos de redução? Não seria muito cedo? A julgar pelo domínio que sobrevoamos, parece necessário aprofundar a reflexão a partir de territórios autônomos abordando cada um à sua maneira a interface do psicológico e do social, com apenas uma restrição: que os pesquisadores tenham "acesso a um arsenal de estilo de argumentação que transcenderá o que cada disciplina tradicional propõe. Isto constitui o que é portador da esperança no interesse recente pelo desenvolvimento de uma ciência cognitiva" (Fodor, 1981, p. 19).

O que atualmente vemos? Um espaço de pesquisa que se amplia depois de vinte anos, com: uma multiplicação de objetos de representação tomados como temas de pesquisa; abordagens metodológicas que se diversificam e recortam setores de estudos específicos; problemáticas que visam centrar de mais perto alguns aspectos dos fenômenos representativos; emergência de teorias parciais que dão conta de estados e processos definidos; paradigmas que se propõem a esclarecer, sob certos ângulos, a dinâmica representacional. Tudo isto desa-

---

brocha para constituir um campo independente e dotado de instrumentos conceituais e empíricos sólidos onde germinarão trabalhos coerentes.

Tudo isso dá a impressão de um universo em expansão no interior do qual se estruturaram as galáxias do saber. Ao contrário do paradigma informático que confina todo o esforço científico sob a chapa de um mesmo molde, o modelo das representações sociais impulsiona a diversidade e a invenção, ergue o desafio da complexidade. E, se Aron disse a verdade: “É explorando um mundo por essência equívoco que se tem a oportunidade de alcançar a verdade. O conhecimento não é inacabado porque nos falta uma onisciência, mas porque a riqueza das significações está inscrita no objeto” (1955, p. 167), e nós não acabamos de explorar sua fecundidade.